

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.384.271 - PR (2018/0278897-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **MARCOS JOHNES FONSECA**
ADVOGADOS : **KARL GUSTAV KOHLMANN - PR036130**
 WILSON EDGAR KRAUSE FILHO E OUTRO(S) - PR042135
 KARIN KASSMAYER - PR036352
AGRAVANTE : **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR**
ADVOGADOS : **KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE - PR021785**
 LUCIANO SILVA DE LIMA E OUTRO(S) - PR063354
AGRAVADO : **OS MESMOS**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO AMBIENTAL. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. 2. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DO RECONHECIMENTO DO CERCEAMENTO DE DEFESA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL DE COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR E, NESSA EXTENSÃO, DEU-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR contra decisão que não admitiu o processamento do recurso especial.

Infere-se dos autos que a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná conheceu parcialmente do recurso do ora recorrido e, nessa extensão, deu-lhe parcial provimento, anulando, de ofício, todos os atos praticados após a prolação do despacho saneador, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fls. 373-374):

APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SÃO JORGE – SUPOSTA EMISSÃO DE MAU CHEIRO – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – APRECIÇÃO AGRAVOS RETIDOS – NÃO CONHECIMENTO – AUSÊNCIA INTERESSE RECURSAL – MÉRITO DA INSURGÊNCIA RECURSAL – RESPONSABILIDADE OBJETIVA POR VIOLAÇÃO DE NORMAS SANITÁRIAS – DANO AMBIENTAL INDIVIDUAL RECONHECIDO – CONFIGURAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS POSTERIORES AO DESPACHO SANEADOR.

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO.

DECLARAÇÃO DE NULIDADE, DE OFÍCIO, DOS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS APÓS PROFERIDO O DESPACHO SANEADOR.

1. Versando a questão dos autos não apenas ao dever jurídico de proteção ao meio ambiente, sob o viés da qualidade de vida dos cidadãos, mas também ao próprio direito à saúde, plenamente crível sustentar se tratar de hipótese de dano ambiental individual, tendo por ré a possível poluidora.

2. Ausentes provas concernentes à real situação de fato, diante do julgamento antecipado da lide, ocorrendo, de corolário, o cerceamento de defesa, impedindo a produção de provas requeridas pelas partes, em especial pelo autor, imperioso declarar, de ofício, a nulidade de todos os atos processuais praticados após a prolação do despacho saneador.

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, estes foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, a recorrente apontou violação aos arts. 355, 370, 371 e 1.022 do CPC/2015

Sustentou a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

Asseverou que o recorrido teria requerido o afastamento da perícia e o julgamento antecipado da lide, não sendo, assim, possível reconhecer o cerceamento de defesa.

Alegou que ao juiz, como destinatário das provas, caberia deferir ou indeferir a produção de provas, com vistas a formar seu livre convencimento motivado, o que não implicaria necessariamente em cerceamento de defesa.

O processamento do recurso especial não foi admitido pelo Tribunal *a quo*, levando a insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

Preliminarmente, registro que, apesar de rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi suficientemente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil [atual art. 1.022 do

CPC/2015] nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta" (AgRg no AREsp n. 610.500/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 7/4/2015, DJe 10/4/2015).

Ademais, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

Ilustrativamente:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição ou omissão (CPC, art. 535), sendo inadmissível a sua interposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

2. Não é omissa o acórdão que não aborda as questões de mérito trazidas em recurso que nem sequer ultrapassa a barreira do conhecimento.

3. Embargos de declaração rejeitados

(EDcl nos EDcl nos EDcl no AREsp n. 357.773/PR, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 11/3/2014, DJe 11/4/2014)

No mais, verifica-se que o Tribunal de origem, por vislumbrar a ocorrência de cerceamento de defesa, cassou, de ofício, a sentença de improcedência do pedido autoral, determinando a reabertura da fase instrutória, com a consequente produção das provas requeridas, ficando prejudicado o julgamento da apelação.

A propósito, confira-se o excerto abaixo transcrito (e-STJ, fls. 380-383):

(...) não há como se passar ao exame do mérito da causa, uma vez que faltam provas a respeito da real situação de fato, em razão de ter sido proferido de forma antecipada o mérito do recurso, ocasionando cerceamento de defesa por impedir que a parte autora produzisse provas aptas a demonstrar o dano individual que afirma ter sofrido, em especial por haver requerimento na inicial de prova pericial e oral.

Insta salientar que, embora o Juiz seja o destinatário da prova e somente a ele cumpre aferir a necessidade ou não, de sua realização, conforme o artigo 130, do Código de Processo Civil, todavia, o julgador não pode restringir a defesa da parte que procura provar o direito alegado.

(...)

Desta feita, em observância às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, impende reformar a sentença

recorrida, de ofício, anulando-se todos os atos processuais praticados a após a prolação do despacho saneador (o qual deferiu a realização de prova pericial).

Nesse contexto, a revisão do julgado, com o consequente acolhimento da pretensão recursal, não prescindiria do reexame do acervo fático-probatório da causa, o que não se admite em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7 do STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial de Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

